

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

BEATRIZ GOMES BORGES

A POBREZA DA SOCIEDADE

GOIÂNIA/GO

2014

BEATRIZ GOMES BORGES

A POBREZA DA SOCIEDADE

Trabalho de Conclusão do Ensino Médio apresentado à banca de professores do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação para obtenção do Certificado de Conclusão do Ensino Médio sob a orientação do prof. Ms. Fabrício David de Queiroz.

GOIÂNIA/GO

2014



Universidade Federal de Goiás

Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação

Coordenação do Ensino Médio

Certidão de Apresentação e Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso

Goiânia, 27 de Novembro de 2014.

Certifica-se que a Aluna BEATRIZ GOMES BORGES, matrícula 051525, série 3º Ano B do Ensino Médio, apresentou seu Trabalho de Conclusão de Curso: A POBREZA DA SOCIEDADE, sendo este avaliado pelos Docentes:

1. Fabrício David de Queiroz (Orientador)
2. Wanderley Alves dos Santos
3. Delaine Denise Xavier dos Santos
4. Maria Aparecida Daniel da Silva (SUPLENTE)

conferindo-lhe sua _____ com conceito final _____.

Assinatura dos membros da Banca Avaliadora.

Orientador

Banca Avaliadora

Banca Avaliadora



Universidade Federal de Goiás
Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
Coordenação do Ensino Médio

Comprovante de Frequência e Desenvolvimento do
Trabalho de Conclusão de Curso

Goiânia, 27 de Novembro de 2014.

Eu, Fabrício David de Queiroz, docente do Departamento Filosofia, através deste documento, comprovo que a aluna BEATRIZ GOMES BORGES051525, série 3º Ano B do Ensino Médio, desenvolveu seu Trabalho de Conclusão de Curso perfazendo um total de 90% da frequência necessária, computada como: atividades de orientação, pesquisa, redação e estudos individuais pertinentes ao projeto no qual se vincula.

BEATRIZ GOMES BORGES
051525

FABRÍCIO DAVID DE QUEIROZ
2077520



"Um governo é bom quando faz felizes os que sob ele vivem e atrai os que vivem longe. "

(Confúcio)

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo compreender a origem da pobreza que instalou-se na sociedade capitalista após o fim do feudalismo e o início da Idade Moderna, por volta do século XV, por conseguinte, problematizar a relação entre o governo e o cidadão como uma perspectiva política de enfrentamento da desigualdade social. Para evitar a compreensão de que a história da civilização é determinada pelo capitalismo e seus desdobramentos sociais, busca-se uma visão desnaturalizada da passagem do feudalismo. O principal questionamento que se faz perpassa o papel do governo em sua relação com o mercado, especialmente no Brasil, demonstrando uma concepção política que vai ao encontro das desigualdades demonstradas na atualidade em números que dividem a sociedade de forma contraditória, com grandes volumes de riqueza concentrada nas mãos de poucos. A análise das causas sociais da pobreza é de suma importância, porque busca entender o que leva uma sociedade a se organizar de tal forma que deixe um alto índice de desigualdade social. A complexidade dessa análise encaminha os esforços aqui empreendidos para a problematização do papel do cidadão e sua relação com o governo como uma política que exige dos indivíduos assumir seu papel devido na formação social que irá conferir ao Estado o caráter democrático, o que é possível pelo acesso a um tipo de conhecimento inclusivo, amenizando assim os processos de exclusão operados na sociedade capitalistas.

PALAVRAS-CHAVES: Pobreza. Mercado. Desigualdade Social. Capitalismo. Política.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo comprender el origen de la pobreza que se instaló en la sociedad capitalista después del final del feudalismo y el período moderno temprano, alrededor del siglo XV, por lo tanto, hablar de la relación entre el gobierno y el ciudadano como perspectiva de la política de la desigualdad social de afrontamiento. Para evitar la constatación de que la historia de la civilización determina el capitalismo y sus consecuencias sociales, la búsqueda es una vista desnaturalizado del paso del feudalismo. La cuestión principal es que impregna el papel del gobierno en su relación con el mercado, especialmente en Brasil, lo que demuestra una concepción política que satisfaga las desigualdades demostrado hoy en números que dividen a la sociedad de manera contradictoria, con grandes volúmenes de riqueza concentrada en pocas manos. El análisis de las causas sociales de la pobreza es sumamente importante, ya que trata de entender lo que hace la sociedad a estar organizada de tal manera que deja un alto nivel de desigualdad social. La complejidad de este análisis transmita los esfuerzos realizados aquí por el cuestionamiento del papel del ciudadano y la relación con el gobierno como una política que requiere que los individuos a asumir el papel que en la formación social que le dará al Estado el carácter democrático, que es posible gracias a acceso a un tipo de conocimiento integral, facilitando así los procesos de exclusión operados en la sociedad capitalista.

PALABRAS-CLAVE: La pobreza. Mercado. La desigualdad social. Capitalismo. Política.

INTRODUÇÃO

Esse artigo vem tratar do tema pobreza, buscando compreender suas manifestações originárias desde o feudalismo até os tempos atuais. Este tema, de elevada importância social, visa compreender o contexto histórico e socioeconômico da pobreza, e seus desdobramentos, principalmente a exclusão social, um problema que acarreta sérias consequências para a sociedade como um todo.

Por um lado, procura-se compreender a importância da atuação do Estado, em suas políticas, ou a ausência dessas, que geram e/ou mantêm a desigualdade social, causadora da exclusão. Do outro lado, busca-se compreender a necessidade de se rever os direitos sociais, econômicos e políticos dessa parcela da população que permanece na miséria, como forma de garanti-los. Assim, pensar o exercício da cidadania se mostra imprescindível.

O Brasil é um país considerado a 7ª (sétima) potência mundial, contudo, apesar de ser um país muito rico, persiste uma situação de concentração de renda na mão de uma pequena massa de pessoas, de forma que mais da metade da sua população é carente de saneamento básico, moradia, saúde e educação, que são insuficientes/inexistentes para alguns, e, abundantes para outros. Fatores como esses, proporcionados pelo Governo e sociedade, não permitem a ruptura da desigualdade social tornando o Brasil, um país emergente, em estado de alerta.

A população sofre com a ausência de ações e políticas estatais, considerando que parcelas reduzidas da sociedade detêm privilégios, caracteriza-se uma sociedade onde há de fato uma verdadeira violação à dignidade humana de uma maior parcela da sociedade que é desfavorecida. Para que se possam desenvolver políticas públicas eficientes para a redução da pobreza é necessário dar relevo e compreender as funções do Estado na produção, reprodução e administração da miséria.

Sem essa compreensão e percepção de que as relações que produzem e reproduzem a pobreza são ligações do poder entre grupos sociais mediadas pelo Estado, a implantação de políticas que permitem reduzir ou mesmo acabar com a pobreza não seriam possíveis. A partir disso, devemos travar uma luta contínua para dar fim a esse problema social e econômico, dando ênfase no direito de cada pessoa, para que essa situação não se torne mais grave. Verifica-se, também, a

necessidade de o Estado refrear os extremos do capitalismo, como forma de amenizar os problemas de pobreza e desigualdade social de um país.

Um ponto importante a ser observado em relação ao capitalismo é o fato do desenvolvimento econômico muitas vezes se apresentar atrelado ao aumento da pobreza. A compreensão desse acontecimento passa pelo entendimento das formas de utilização do trabalho pelo capital, já que as matérias que dão valor à mercadoria não se referem à sua propriedade e, sim, ao tempo de trabalho socialmente utilizado em sua produção, criando um ciclo contínuo de exploração e desigualdade social.

Portanto, esse artigo pretende compreender os trabalhos realizados pelo Governo para aniquilar essa grave situação, procurando entender porque há tanta desigualdade social, já que a atuação do Governo deveria evitar que a pobreza se estabeleça e se amplie em território nacional.

RELAÇÃO HISTÓRICA DA POBREZA ENTRE O FEUDALISMO E O CAPITALISMO

Até a Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, a maneira mais comum das pessoas garantirem a sua sobrevivência vinha da agricultura, da fabricação de objetos manufaturados e por meio do comércio desses bens. Alguns senhores - donos de grandes porções de terra e submissos ao rei, mas superiores aos camponeses - herdavam suas terras, mantendo hereditariamente seu *status* social de nobreza e, portanto, o domínio sobre aqueles que contavam apenas com sua força de trabalho, sem nada a possuir e, além disso, se tornando servos desses senhores. O restante do povo, excluído da esfera de possuidores de terras e títulos de nobreza, vivia uma situação precária, pois trabalhavam para esses senhores em vista de sua própria sobrevivência. Os trabalhos eram realizados nas terras, onde os camponeses submetiam-se a trabalhos braçais em plantações, cuidavam dos animais e zelavam pela casa de seus senhores.

Podemos notar com essa situação um fator que é de suma importância para compreendermos as nossas transformações históricas, que é a relação que foi se estabelecendo entre as pessoas ricas e pobres, ou entre os donos dos meios de produção e sua mão de obra, por conseguinte, entre ambos para com seus bens. Eram essas relações que proporcionavam maior ou menor desenvolvimento e bem-estar social.

Segundo o livro *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens* de Rousseau:

Tal foi ou deve ter disso a origem da sociedade e das leis, que criaram novos entraves para o fraco e novas forças para o rico, destruíram em definitivo a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma hábil usurpação fizeram um direito irrevogável e, para o lucro de alguns ambiciosos, sujeitaram daí pra frente todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e a miséria (ROUSSEAU, 1999, p.222).

Ao mostrar o abuso do rico em relação ao pobre, na história hipotética de Rousseau, o que se percebe é a instauração de uma forma de sociedade que desde a sua “origem” aponta para a desigualdade, onde alguns são explorados para o benefício de outros.

Voltando à perspectiva histórica, em troca do uso das terras para cultivo próprio, os servos pagavam taxas e impostos aos proprietários destas terras, causando uma situação de subordinação. Assim, os servos viviam em uma situação escassa economicamente, porque possuíam apenas uma parte pequena do produto proveniente de seu trabalho.

No sistema feudal, a relação de posse não se restringia apenas às terras, mas, se estendia também às pessoas, onde o senhor das terras detinha o escravo como uma mercadoria de uso pessoal. Em ambas as relações, entre o senhor e seu servo, e o senhor e seu escravo, notamos a desigualdade, pois os senhores, que tinham a sorte de possuir uma boa herança eram respeitados e até mesmo temidos, afinal, tinham muito dinheiro e poder.

De outro lado, os servos eram inferiorizados de modo a realizar tarefas cansativas e humilhantes para conquistarem algo que sequer alcançava o mínimo para sua sobrevivência, sem que houvesse qualquer possibilidade de mudança desta condição precária e desigual. Mais grave ainda, era a situação dos escravos, pois não tinham direito a nada, nem mesmo à dignidade humana ao serem tratados como objetos.

Com o passar do tempo, a ganância humana aumentou, determinando um modelo de sociedade desigual, principalmente no que diz respeito às posses econômicas, sociedade esta que se tornou refém da era do capital.

Com a chegada da Revolução Industrial, no século XVIII, muitas pessoas que antes eram donas das fazendas tornam-se proprietários das fábricas enriquecendo

ainda mais e consecutivamente impondo aos seus operários situações terríveis de trabalho, como baixos salários, jornadas exaustivas de dezessete horas de expediente sem descanso, sem direitos básicos para uma vida digna, o que muito se assemelha àquela condição do servo no feudalismo.

Na obra de Ellen Wood (2001), *A Origem do Capitalismo*, há uma crítica ao processo do desenvolvimento do feudalismo para o capitalismo, em relação às instituições que nos representam e como elas foram organizadas historicamente. Wood afirma:

Fala-se com frequência, por exemplo, na transição de uma economia “natural” para uma economia monetária, ou até na transição entre produção para uso e produção para troca. No entanto, se há uma grande transformação nessas explicações históricas, não é na natureza do comércio e dos mercados em si. A mudança se dá, antes, no que acontece com as forças e instituições – políticas, jurídicas, culturais e ideológicas, bem como tecnológicas – que impediram a evolução natural do comércio e o amadurecimento dos mercados (WOOD, 2001, p. 24).

Essa ruptura do feudalismo para o capitalismo gera uma nova formação social, agora, entre o trabalhador e o patrão, já que o proprietário dos meios de produção contratava o trabalho das pessoas e só trabalhava quem quisesse, as pessoas eram “livres” para trabalhar ou não.

Segundo Moscovici havia apenas uma explicação para esse fato: “Entre as pessoas houve uma cisão profunda: algumas se tornaram “donas”, “proprietárias”, já outras passaram a oferecer a única coisa que possuíam: o trabalho.” (Sawaia *apud* Moscovici, 2001, p.151).

Quem não trabalhasse além de não ter meios adequados para viver, encontrava-se fora dos padrões sociais. Essa relação é conhecida há muito tempo como dominação, ao contrário dos que possuíam os meios de produção e passaram a explorar a mão-de-obra do trabalhador, algo ainda presente denominado como exploração.

Ambas as relações, dominação e exploração, são as que mais definem o modo de produção capitalista e, ainda, são presentes no nosso meio social, desde os velhos tempos e a cada século ela se expande mais.

Todavia, se prestarmos bastante atenção nessa nova implementação (capitalismo) podemos perceber uma profunda hipocrisia, pois com ela proclama-se a “liberdade” social, entretanto, retirando as possibilidades de uma parcela do povo,

o proletariado, de possuir os meios de produção que lhes proporcione condições elevadas de vida e a promoção social, colocando-os em pé de igualdade com as demais parcelas abastadas da sociedade.

Para Wood o capitalismo provindo do feudalismo trouxe para nosso meio social o Mercado que favoreceu uma ampla ganância, degradando socialmente toda uma população promovendo a submissão de alguns em relação a outros. Ela relata:

Desde o começo, ele implicou indivíduos racionalmente egoístas, que maximizaram sua utilidade vendendo mercadorias em troca de lucro, sempre que surgia essa oportunidade. Em termos mais particulares ele implicou uma divisão do trabalho e uma especialização cada vez maiores, que exigiram redes cada vez mais complexas do comércio e, acima de tudo, técnicas de produção sempre mais aprimoradas, para reduzir custos e aumentar os lucros comerciais (WOOD, 2001, p. 25).

Diante dessas colocações, segue em tópicos subjacentes, dados que revelam os números da pobreza, evidenciando as origens da má distribuição de renda, causas e consequências da marginalização social.

OS NÚMEROS DA POBREZA

A má distribuição de renda em países como o Brasil gera um grave problema, já que existem diversas profissões que realizam tarefas cansativas e humilhantes, onde não raras vezes o trabalho não é reconhecido socialmente, como é o caso dos garis que se expõem por sete horas ao sol para ganharem um salário de R\$ 724,00 reais, vivendo em uma situação precária.

Situações como essas, de menosprezo ao trabalho do mais pobre, são apresentadas todos os dias, pois uma parcela abastada da população usufrui o ofício de forma opressiva para com essa classe de trabalhadores, elevando ainda mais as relações de exploração, dominação e de injustiça social. O que seríamos de nós sem trabalhos como esses que nos favorecem cotidianamente? Alguns dados revelam essa necessidade de mudança social e Governamental, analisando essa desigualdade que envolve a todos.

O Ministério do Planejamento informa que 70% da humanidade sobrevive com uma média de um salário mínimo que, no Brasil, em 2014 subiu de R\$ 678,00 para R\$ 724,00. A proposta realizada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

informa a previsão do salário mínimo para 2015 é de R\$ 778,17, e para 2016 pode atingir R\$ 849,78.

A questão a ser analisada é que, juntamente com o aumento do salário ocorre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que foi de 3,5% (2013) para 4,5% (2014) e sua previsão para o ano que vem é 6%. Verifica-se, assim, conforme o crescimento do valor do salário mínimo anteriormente exposto, que o aumento do salário mínimo não consegue acompanhar o valor do crescimento do PIB, tornando-se desvalorizado em seu valor de mercado, resultando na permanência e ampliação da desigualdade econômica.

De acordo com o relatório sobre Desenvolvimento Humano,¹ realizado em 1996 pela UNDP (*United Nations Development Program*²), apenas cinco trilhões dos 23 trilhões de dólares do GDP (Gross Development Product³) proveio de países em desenvolvimento, apesar de eles somarem aproximadamente 80% da população total. Os 20% da população mundial mais pobre viram sua participação na renda total declinar de 2.3% para 1.4% nos últimos 30 anos. Contudo, a participação dos 20% dos mais ricos cresceu de 70% para 85%. Isso duplicou a proporção da participação dos mais ricos sobre os mais pobres de 30:1 para 60:1.

Sawaia nos traz o pensamento do sociólogo Castells, que relata de forma clara essa má distribuição de riquezas: “No que respeita às relações de distribuição/consumo, ou à apropriação diferenciada da riqueza, encontramos processos de desigualdade, polarização entre ricos e pobres, pobreza e miséria.” (Sawaia *apud* Castells, 2001, p.148).

Diante das relações de produção, no mundo do trabalho capitalista, encontramos processos de individualização do trabalho, exploração dos trabalhadores e exclusão social, gerados por um grupo social perverso que abusa do seu poder econômico em relação aos demais. Porém, o problema não acaba na questão da exploração, mas também há a procura das pessoas marginalizadas pelas atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, as compras de armamentos, o contrabando de mulheres, a prostituição, os sequestros e os roubos.

¹ Dados do livro “As Artimanhas da Exclusão” de Sawaia Bader (2001, p. 148)

² Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Tradução nossa).

³ Desenvolvimento do Produto Bruto (Tradução nossa)

Esta procura visa uma vida financeira melhor, mas que gera graves problemas para o país, cabendo ao Governo mudanças para amenizar, ou mesmo, extinguir essa situação. Diante de tais acontecimentos Assmann nos diz:

Na atual conjuntura, o fato maior é, sem dúvida, o cruel predomínio de uma férrea lógica da exclusão, o clima de indiferença antissolidária que a sustenta e, em decorrência, o fato de que uma imensa massa sobrando de seres humanos descartáveis tenha passado a viver como lixo da história (Sawaia *apud* Assmann, 2001, p.149).

As pessoas que são excluídas socialmente procuram a assistência social após um longo período de desânimo, com exceção dos casos em que o fracasso profissional é justificado pela deficiência física, mental ou pela invalidez. Um levantamento realizado em 2006 mostra exatamente essa situação, segundo Maria Lúcia Lopes que realizou um gráfico⁴ analisando diversos motivos para quais milhares de pessoas estão nas ruas mostram que essa questão trata-se de um fenômeno multifacetado que não pode ser explicado desde uma perspectiva unívoca e monocausal. Portanto, são múltiplas as causas que levam uma pessoa à situação de marginalidade.

O diagrama demonstra em porcentagem que, 35,5% estão nas ruas devido a drogas e álcool, 29,8% por não possuírem um emprego digno, 29,1% saem de casa, por motivos pessoais, 20,4% não conseguem bancar seus próprios bens ou meios de sobrevivência, tais como água, moradia e comida. Os valores são estritamente exorbitantes e a cada ano tendem a aumentar, cabendo ao Estado e a sociedade rápidos aperfeiçoamentos para que ocorra uma mudança válida e satisfatória.

Dois pesquisas realizadas recentemente na França pelo instituto CSA⁵ (Instituto Nacional de Vias) com uma amostra representativa de moradores de rua permite conhecer melhor esta população e completar as informações qualitativas obtidas até o presente. As circunstâncias que deram origem à sua situação miserável puderam ser mais bem apreendidas.

Os indivíduos que responderam em 1994 à questão "o que faltou em sua vida?", apontavam frequentemente dois fatores: de um lado, os problemas de emprego (46%) e de outro, problema de relacionamento na família (55%) dos quais 29% apresentam má relação com os pais e 26% má relação como cônjuge. Muitos

⁴ Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008)

⁵ Cf. As Artimanhas da Exclusão (2001, p. 77)

moradores de rua acreditam que não tiveram muita sorte e sentem-se desprovidos da vida familiar, de amor e de confiança, tornando-se afetivamente carentes.

A pesquisa analisa também a confiança na polícia e nas mudanças promovidas pelo Governo desses moradores, pois, estes e os trabalhos sociais são suas únicas bases. Entre os entrevistados que se encontram há menos de três meses na rua, 41% diziam ter confiança na polícia, enquanto os que estão nas ruas há mais de três anos apenas 23% demonstra essa confiança.

Com essa pesquisa podemos concluir que as pessoas que já estão há anos nas ruas, não possuem mais credibilidade em mudanças que deveriam ser realizadas por nossos governantes, tais como aumento de empregos com bons salários, construção de clínicas para dependentes, hospitais que atendam a todos, saneamento básico e etc.

Esses investimentos tirariam muitas pessoas das ruas e, principalmente, não levariam outras à mesma situação, diminuindo essa grave injustiça. Com Base em uma entrevista realizada com um homossexual conhecido como “Patrícia”, é possível notar a falta da assistência do Governo e principalmente a influência da sociedade que piora ou prefere se abster dessa ampla desigualdade.

Patrícia tem vinte anos e saiu de casa porque seus pais não aceitaram a escolha da sua orientação sexual. Foi possível ver a sua vontade de sair das ruas e achar um bom emprego, mas sua expectativa de mudança é vazia, já que ele não possui nenhuma base para desfrutar de seus direitos, pois a maior parte da população o julga como “vagabundo”, incluindo o próprio Governo que não está investindo em políticas sociais que acabem com situações como essa.

Sem nenhum apoio Governamental, o jovem manteve-se nas drogas e no álcool, mas poderia ter sido um excelente profissional se tivesse a chance de modificar sua vida. Segunda- feira passada (10 de novembro) Patrícia foi executada com três tiros na cabeça por dívidas de drogas.

O PAPEL DO ESTADO

O papel do Estado é de suma importância na criação de soluções para os graves problemas sociais que assolam o país, auxiliando na diminuição das desigualdades sociais, ao garantir direitos fundamentais aos mais desfavorecidos.

A sociedade também detém ferramentas para auxiliar na amenização da pobreza, através do trabalho de entidades, associações e organizações, a exemplo do trabalho de instituições religiosas e ONGs. Contudo, é do Estado o papel fundamental de estabelecer políticas voltadas para combater a pobreza e desigualdade social.

O Estado deve propor políticas eficientes para fornecer os serviços públicos fundamentais a todos, tais como educação, saúde, saneamento básico, etc. Aliado a isso, o Estado deve também estruturar a economia, trabalhando para evitar os excessos do capitalismo, que geram a desigualdade social e a pobreza, justamente por privilegiar os detentores de poder e excluir os desbastados.

A importância de uma educação bem estruturada pelo Estado evidencia-se na integração, ou não, do indivíduo no mercado de trabalho. Nota-se que o mercado de trabalho desempenha uma função que também gera exclusão social.

A exclusão social e a pobreza são conceitos que designam, nos tempos atuais, os desempregados de longa duração que vão sendo expulsos do mercado produtivo e os jovens que não conseguem nele entrar, impedidos do acesso ao primeiro emprego. Ou seja, são camadas da população consideradas adaptadas à sociedade moderna, porém, vítimas da conjuntura econômica e da crise de emprego, ocasionando, então, uma parcela da população que mantém-se na pobreza, já que não se enquadram nos padrões educacionais impostos por aqueles que detêm o poder. É aí que reside um dos papéis do Estado nas políticas públicas de redução da pobreza, que é o fornecimento de uma educação de qualidade a todos.

Assim, os excluídos não são residuais e nem temporários, mas contingentes populacionais crescentes que não encontram lugar no mercado de trabalho ou no espaço social.

Toda situação que envolve o tema pobreza origina uma quebra no vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de *déficit* e precariedades no país. Para José de Souza Martins, “Nossa cultura barroca de fachada, com base nas conquistas, excluí índios, camponeses do campo e da cidade, migrantes, favelados e os sem teto em um fenômeno bastante conhecido, a pobreza” (SAWAIA, 2001, p. 26).

A população depende das mudanças que o Estado deve proporcionar a todos, independente de sua classe social, dando foco em propostas que devem ser criadas juntamente com a sociedade para a ampliação das melhorias sociais - desenvolvimento do bem estar social - de modo que as pessoas possam sempre desfrutar de forma eficaz de projetos que favorecem os direitos obrigatórios e fundamentais a todos. A questão a ser analisada é que as políticas estatais têm fracassado nesse sentido por motivos de ganância, deixando o país em um grande caos e pessoas à beira da miséria.

Bourdieu, por exemplo, denuncia o absolutismo do mercado dentro de um Estado neoliberal⁶:

Essa nobreza do Estado, que prega a extinção do Estado e o reinado absoluto do mercado e do consumidor, substituto comercial do cidadão, assaltou o Estado: fez do bem público um bem privado, da coisa pública, da república, uma coisa sua. O que está em jogo hoje é a reconquista da democracia contra a tecnocracia: é preciso acabar com a tirania dos especialistas estilos Banco Mundial ou FMI que impõem sem discussão os veredictos do novo Leviatã, 'os mercados financeiros' e que não querem negociar, mas 'explicar'; é preciso romper com a nova fé na inevitabilidade histórica que professamos teóricos do liberalismo; é preciso inventar as novas formas de um trabalho político coletivo capaz de levar em conta necessidades, principalmente econômicas (isso pode ser tarefa dos especialistas), mas para combatê-las e, se for o caso, neutralizá-las (SAWAIA *apud* BORDIEU, 2001, p.149).

Quando ocorre essa ruptura do vínculo social para com o Governo, todos são afetados, já que muitos projetos que poderiam dar fim a desigualdade social permanecem somente no papel, criando uma revolta popular pela reivindicação dos direitos básicos de forma igualitária.

Com o enfraquecimento do Estado proporcionado pelo governo exercido sob os princípios neoliberais, os de mercado, as empresas ganham papel de destaque, pois fornecem altos índices econômicos para o país, mas explorando o trabalho do pobre que é excluído da sociedade, pois o próprio Estado alega que a exclusão é responsabilidade do próprio excluído, tornando-o inútil socialmente.

Além da falta de assistência do Governo, a sociedade também está contribuindo para esse retrocesso social. Muitos acreditam que ações corriqueiras, tais como a entrega de dinheiro em sinaleiros ou o fornecimento de comidas aos

⁶ O neoliberalismo tem como objetivo a privatização, mercados abertos, liberalização econômica a desregulamentação, livre-comércio e reduções nos gastos do Governo reforçando o papel do setor privado na economia.

moradores de rua bastam e que, assim, sua parte social já foi realizada, entretanto atividades como essas não são duradoras.

O papel do Mercado consumidor também gera uma grave polêmica já que ele amplia a injustiça social, pois usa o pobre como fonte particular do acúmulo de riquezas. O Mercado é fortalecido pelo Governo, porque aquele concebe altos índices de capital para o crescimento do país, mas esse investimento Governamental dado ao mercado deveria ser para a população pobre que paga caros impostos e não possuem o que é seu como direito: educação, vestimentas, saúde, lazer e moradia.

O que o Brasil necessita para se tornar um país de Primeiro Mundo são mudanças praticadas pela própria sociedade que representa a democracia, não apenas reivindicando políticas que favoreçam a todos, para que situação como essa, de desigualdade, seja definitivamente sanada, mas, assumir os devidos papéis sociais em face da organização socioeconômica de forma racional e interessada, no seio da história específica dessa nação, com autonomia e contra toda forma de exclusão.

CONCLUSÃO

A organização de empresas privadas, alimentada pelo capitalismo e sustentada pelo Governo, ocasiona essa ruptura entre classes econômicas distintas, pois a má distribuição das riquezas gera um *déficit* social.

Uma grande parcela da população é excluída pela própria sociedade e principalmente por aqueles que a governam, construindo uma carência coletiva onde os pobres são considerados incapazes de participar do meio social. As relações sociais são elementos chave para compreender a pobreza, pois é através dela que percebemos como é feita a sua organização – ricos com ricos, pobres com pobres – onde o pobre é a base principal do enriquecimento particular do rico.

O transtorno que fundamenta essa teoria gera problemas para o próprio Governo que não provem mudanças em relação à miséria, pois a riqueza do país fica vinculada nas mãos de apenas algumas pessoas tornando nossa economia forte, porém os investimentos para a população tornam-se fracos, a exemplo de um bom hospital, uma escola digna e um válido saneamento básico.

O Brasil não possui políticas públicas eficientes para acabar com a pobreza e com a desigualdade. O Estado pode amenizar a intensidade de ambas através de ações afirmativas, a exemplo do Bolsa Família. Esses programas de distribuição de renda mínima demonstram que o país está mais consciente com as questões sociais, entretanto ainda há grandes problemas no desenvolvimento desses projetos, já que uma grande parcela da população encontra-se nas ruas ou sem seus direitos obrigatórios como todo cidadão, independente da sua renda.

Conclui-se que, a desigualdade criada pela própria sociedade, Governo e mercado é proposital, já que sem ela não seria possível o fortalecimento do capital no Brasil. Sendo assim, sempre serão realizados projetos para que ocorram mudanças em relação a desigualdade social, entretanto a maioria não serão válidos ou precisos, deixando uma parcela social sempre excluída e submissa aos ricos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARZABE, Patrícia Helena de. *Pobreza, Exclusão Social e Direitos humanos: O papel do Estado*. São Paulo: ANO?,

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome: O Dilema Brasileiro: Pão ou Açúcar*. 10. ed. rev. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

GOMES, Valquíria de. *População Adulta de Rua: A Perversa Exclusão Social*. Goiânia: EDITORA?, 2000.

GOMES, W.A de. *O Alcoolismo na Vida ao Homem de Rua*. Goiânia: EDITORA?, 1998.

BRASIL (2008). *Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua*. Brasília,DF: Governo Federal, 2008.

ROUSSEAU, J.-J. Trad. de Maria Ermantina Galvão. *Discurso Sobre a Origem e o Fundamento da Desigualdade Entre os Homens*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAWAIA, Bader (org.). *As Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social*. 2. ed. Petrópolis,RJ: Editora Vozes, 2001.

SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2004.

SOUZA, Ari Herculano de. *O Capitalismo*. São Paulo: Ed. do Brasil S/A, 1989.

SOUZA, Camilo Rogers de. *Desenvolvimento Econômico e Pobreza*. Goiânia: EDITORA?, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. Trad. Vera Ribeiro. *A Origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.